

Empréstimos irregulares de Fiúza

BRASÍLIA — A CPI vai encaminhar um relatório à Mesa da Câmara informando sobre empréstimos irregulares feitos pelos deputados Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Flávio Derzi (PP-MS). Apesar de irregulares, os empréstimos não poderão ser utilizados pela CPI para indicar punições aos dois parlamentares. De acordo com um parecer da Procuradoria Geral da República, a CPI não pode sugerir punição para assuntos que fogem da sua investigação, no caso, ilegalidades relacionadas com o orçamento da União.

Os empréstimos, de acordo com os integrantes da CPI, contrariam a Constituição, pois tratam com privilégios os dois parlamentares.

Além disso, nenhum dos dois pagou a dívida. Fiúza deve hoje cerca de US\$ 3 milhões à Caixa Econômica Federal (CEF), enquanto a dívida de Derzi chega a US\$ 2 milhões. Apesar das condições especiais dos empréstimos, as dívidas não foram pagas.

O deputado Paes Landim (PFL-PI) movimentou US\$ 1,7 milhão nos últimos cinco anos. Essa é a principal informação que a Subcomissão de Bancos obteve junto ao Banco Central, depois da análise das contas bancárias do parlamentar. De acordo com o deputado Luiz Salomão (PDT-RJ), os rendimentos "não justificam de forma alguma esses créditos". Landim depõe hoje, às 9h30, na CPI.

□ A CPI do Orçamento vai pedir à Procuradoria-Geral da República que prepare cartas rogatórias às justiças suíça e norte-americana para localizar contas bancárias de parlamentares e funcionários envolvidos na corrupção do orçamento. A decisão deve ser tomada hoje durante reunião interna da comissão, que apreciará requerimento apresentado pelo deputado Luís Salomão (PDT-RJ). Em seu pedido, Salomão apoiou-se no trabalho do jurista suíço Paolo Bernasconi, que assessorou a justiça italiana na *Operação Mão Limpa* e é considerado uma das maiores autoridades mundiais no assunto.